



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

CrITÉrios Gerais de Avaliação

I - Introdução

A avaliação dos alunos do Ensino Secundário visa certificar os saberes adquiridos, estimular o sucesso educativo e promover a qualidade do sistema educativo. É parte integrante do processo de aprendizagem e constitui uma fonte de informação fundamental para o professor, para o aluno e para o encarregado de educação.

A avaliação incide sobre as aprendizagens globalmente fixadas para as disciplinas e área não disciplinar constantes nos respectivos planos de estudo.

As aprendizagens ligadas a componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania ou da compreensão e expressão em língua portuguesa, constituem, numa perspectiva formativa, objecto de avaliação em todas as disciplinas e área não disciplinar.

A avaliação visa:

- a) Apoiar o processo educativo, de forma a sustentar o sucesso dos alunos;
- b) Certificar as competências adquiridas pelo aluno à saída do ensino secundário;
- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e o reforço da confiança social no seu funcionamento.

A avaliação das aprendizagens orienta-se pelos seguintes princípios:

- a) Qualidade das aprendizagens, entendida a avaliação como instrumento regulador;
- b) Contextualização, entendida como a consistência entre as actividades de avaliação e as actividades de aprendizagem, numa perspectiva de integração do ensino, da aprendizagem e da avaliação;
- c) Diversificação de técnicas e instrumentos de avaliação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;
- d) Diversificação dos intervenientes, valorizando processos de auto-avaliação dos alunos e a participação activa dos encarregados de educação e outros intervenientes, sem prejuízo do papel fundamental do professor, em função da complexidade do processo de avaliação;
- e) Transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da explicitação e divulgação dos critérios adoptados;
- f) Valorização da informação sistemática ao aluno sobre o seu desempenho, com vista à melhoria das aprendizagens.

Assim, a Direcção da Escola Secundária Gabriel Pereira, com base no parecer favorável do Conselho Pedagógico, determina o seguinte: o Critério Geral de Avaliação abaixo transcrito tem, obrigatoriamente, que ser cumprido por todos os docentes da Escola Secundária Gabriel Pereira. Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Adultos regem-se por regulamentos próprios.

II - Avaliação Formativa

A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação formativa é da responsabilidade do professor, em interacção com o aluno, na perspectiva de promoção da auto-avaliação, em

colaboração com os outros professores, no âmbito do conselho de turma e, ainda, sempre que necessário, com os serviços com competência em matéria de apoio sócio-educativo e os encarregados de educação.

Compete ao órgão de direcção executiva da escola, sob proposta do conselho de turma, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

Compete ao conselho pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido no número anterior.

III - Avaliação Sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o grau de desenvolvimento das aprendizagens do aluno e tem como objectivos a classificação e/ou a certificação.

A avaliação sumativa, em cada disciplina e área não disciplinar, é expressa na escala de 0 a 20 valores.

A avaliação sumativa em Formação Cívica expressa-se pela atribuição da menção qualitativa de Não satisfaz, Satisfaz e Satisfaz bem.

A avaliação sumativa inclui:

A) A avaliação sumativa externa, que se destina a aferir o grau de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, mediante o recurso a instrumentos de avaliação definidos a nível nacional e realiza-se através de exames finais nacionais, organizados pelos serviços centrais do ME;

B) A avaliação sumativa interna, que se destina a:

a) Informar o aluno e ou o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens definidas para cada disciplina e área não disciplinar;

b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

A avaliação sumativa interna realiza -se:

a) Integrada no processo de ensino-aprendizagem e formalizada em reuniões do conselho de turma no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos lectivos;

b) Através de provas de equivalência à frequência.

A avaliação sumativa interna integrada no processo de ensino-aprendizagem é formalizada em reuniões do conselho de turma, no final dos 1.º, 2.º e 3.º períodos lectivos, tendo, no final do 3.º período, as seguintes finalidades:

- a) Apreciação global do trabalho desenvolvido pelo aluno e do seu aproveitamento ao longo do ano;
- b) Atribuição, no respectivo ano de escolaridade, de classificação de frequência ou de classificação final nas disciplinas e área não disciplinar;
- c) Decisão, conforme os casos, sobre a progressão nas disciplinas ou transição de ano, bem como sobre a aprovação em disciplinas terminais e área não disciplinar, dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, não sujeitas a exame nacional.

A avaliação sumativa interna integrada no processo de ensino-aprendizagem é da responsabilidade conjunta e exclusiva dos professores que compõem o conselho de turma.

A classificação a atribuir a cada aluno é proposta ao conselho de turma pelo professor de cada disciplina ou área curricular não disciplinar.

A decisão quanto à classificação final a atribuir a cada aluno é da competência do conselho de turma, que, para o efeito, aprecia a proposta apresentada por cada professor, as informações que a suportam e a situação global do aluno.

Compete ao director de turma coordenar o processo de tomada de decisões relativas a esta forma de avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

Para concretização da avaliação sumativa interna são aplicados os **critérios específicos de cada disciplina**, elaborados nas respectivas secções e aprovados em reunião de Departamento e Conselho Pedagógico e em **anexo a este documento**. Estes, visando o desenvolvimento integral do aluno, compreendem dois domínios:

1. As aprendizagens e competências manifestadas e adquiridas no Domínio das Atitudes e Valores;

2. As aprendizagens e competências manifestadas e adquiridas no Domínio Cognitivo e/ou Psicomotor.

IV - Registos de avaliação

Sendo a avaliação um processo contínuo, resulta, necessariamente, de uma multiplicidade de registos informativos obtidos ao longo do ano lectivo pelo docente e pelos alunos. Essa informação é recolhida, basicamente, através da diversidade de instrumentos de avaliação elaborados com esse propósito específico (provas escritas, provas práticas, provas orais, relatórios, trabalhos individuais ou de grupo, portefólios, etc.) e que, no presente documento, são usualmente designados por provas escritas e/ou práticas de avaliação.

O desempenho quotidiano do aluno é obtido através de diferentes instrumentos, a definir em cada secção curricular, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

V - Provas de Avaliação

1. Nos Cursos Científico-Humanísticos é obrigatória a realização de um número mínimo de duas provas escritas e/ou práticas de avaliação em cada período lectivo (salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas em reunião de Secção e no Conselho de Turma respectivo), e de acordo com a especificidade de cada disciplina;
2. No início de cada período lectivo, os alunos deverão ser informados pelo professor de cada disciplina sobre as datas de realização das provas escritas e/ou práticas de avaliação referidas no número anterior, devendo as mesmas ser registadas pelo professor em folha própria existente no livro de ponto;
3. Os docentes com livro próprio deverão registar as datas de realização das provas escritas e/ou práticas no livro de sumários da turma.

4. Só a título excepcional poderá realizar-se mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia;
5. Apenas por motivos de força maior poderão ser realizadas provas escritas e /ou práticas de avaliação nos últimos 3 dias de aulas de cada período lectivo;
6. Deverá respeitar-se um prazo máximo de 10 dias úteis para a entrega das provas escritas de avaliação, devidamente classificadas, sendo obrigatória a sua entrega no horário normal da turma;
7. Apenas por motivos de força maior podem ser entregues aos alunos provas de avaliação num período lectivo diferente daquele em que foram realizadas;
8. No enunciado das provas de avaliação deve constar a cotação atribuída a cada item;
9. Os professores deverão proceder à apresentação, perante os alunos, da correcção das provas escritas de avaliação, de forma oral ou por escrito;
10. Os alunos que não realizem um elemento de avaliação devem apresentar justificação válida para que o professor e/ou o Director de Turma considere a possibilidade de realização de nova prova de avaliação.

VI - Terminologia

As provas escritas e/ou práticas de avaliação devem ser classificadas através de uma menção qualitativa, seguida da indicação quantitativa até às décimas, numa escala de 0 a 20 valores e de acordo com a seguinte tabela:

Mau - de 0 a 4,4 valores;

Medíocre - de 4,5 a 9,4 valores;

Suficiente - de 9,5 a 13,4 valores;

Bom - de 13,5 a 17,4 valores;

Muito Bom - de 17,5 a 20 valores.

VII - Informações ao Director de Turma

Para que os directores de turma possam dispor de elementos informativos tão objectivos e completos quanto possível, relativamente aos alunos da sua direcção de turma, os mesmos podem solicitar sempre que necessário aos elementos dos respectivos conselhos de turma, informações sobre o desenvolvimento das aprendizagens.

VIII - Obrigatoriedade de informação dos critérios de avaliação aos alunos e aos encarregados de educação

1. O director de turma deverá informar os alunos da sua direcção de turma, no início do ano lectivo, sobre o Critério Geral de Avaliação, fazendo disso registo no sumário da aula em que tal ocorreu;
2. O director de turma, na primeira reunião do ano lectivo, deverá igualmente informar os encarregados de educação do Critério Geral de Avaliação;
3. Cada docente deverá informar os alunos sobre os critérios específicos da sua disciplina ou área não disciplinar, no início do ano lectivo, fazendo disso registo no sumário da aula em que tal ocorreu;
4. O critério geral de avaliação e os critérios específicos de cada disciplina e área não disciplinar estarão permanentemente disponíveis para consulta na página Web da Escola.

IX - Atribuição das classificações no final de cada período lectivo

1. A classificação atribuída no final de cada período lectivo deverá obedecer aos critérios específicos da respectiva disciplina ou área não disciplinar, traduzindo o aproveitamento do aluno desde o início do ano lectivo até esse momento de avaliação;

2. As classificações atribuídas são da responsabilidade de todos os elementos do Conselho de Turma, sendo da responsabilidade dos seus membros analisar também a consistência das propostas apresentadas com o percurso do aluno em cada uma e no conjunto das diferentes disciplinas ou áreas não disciplinares.

X - Disposições Finais

Os casos omissos serão objecto de resolução por parte da Direcção, ouvido o Conselho Pedagógico.

O presente Critério Geral de Avaliação entra em vigor no início do ano lectivo de 2011/2012.